

As perspectivas de Estudo das Deficiências

Sadao Omote(*)

As pessoas apresentam diferenças umas em relação a outras em uma infinidade de características. As diferenças individuais podem ser devidas, grosseiramente falando, à variabilidade intrínseca à espécie humana, a alterações orgânicas expressivas apresentadas por alguns indivíduos específicos (como lesões, mutilações, malformações, aberrações etc.) e a variações na estimulação do meio e no tratamento recebido por indivíduos específicos.

Somos capazes de perceber tais diferenças e, em relação à maioria delas, de tratá-las como sendo coisa normal. Entretanto, certas diferenças nos chamam especial atenção e algumas delas adquirem um sentido de profunda desvantagem. É a esse tipo de diferenças que nos referimos quando falamos em deficiências.

O estudo das deficiências pode assumir duas tendências diferentes. Uma dessas tendências, que passamos a chamar de **perspectiva direta**, considera as deficiências como se fossem inerentes ao comportamento ou ao organismo da pessoa identificada, reconhecida e tratada como deficiente, fundamentando-se aparentemente na suposição de que determinadas diferenças são, por si mesmas, deficiências. Uma outra tendência, que aqui nomeamos como **perspectiva indireta**, considera que certas diferenças adquirem o **status** de deficiências em função da perspectiva, através da qual uma audiência interpreta essas diferen-

ças. Desse modo, as perspectivas assumidas por diferentes audiências, que consideram alguém como deficiente, constituem parte integrante e crucial do estudo das deficiências.

Na perspectiva direta de estudo das deficiências, o foco de atenção recai sobre a pessoa deficiente, pois se considera que a deficiência está nela, no seu comportamento ou no organismo. Nessas condições, as pessoas deficientes costumam ser sujeitos preferenciais nos estudos das deficiências, pois tais estudos servem frequentemente para descrever as características anátomo-fisiológicas ou comportamentais que parecem estar associadas direta ou indiretamente à deficiência, tanto para a própria pessoa deficiente quanto para aqueles que com ela convivem, bem como os modos de minimização da deficiência ou das consequências consideradas prejudiciais.

Na perspectiva indireta, a deficiência não é vista como atributo inerente a determinadas pessoas, mas, uma condição atribuída a ela ou nela reconhecida dependendo da perspectiva assumida pela audiência. Portanto, uma pessoa pode ser considerada deficiente em algum grupo social e não em outros. O foco de atenção recai sobre as circunstâncias sociais nas quais uma pessoa é identificada, reconhecida e tratada como deficiente, pois é esse contexto que permite compreender o modo singular com que a deficiência dessa pessoa se manifesta. As diferentes pers-

pectivas assumidas pela audiência caracteriza alguém como deficiente, incluindo aí as ações dos "outros" significativos e as ações institucionalizadas que têm o objetivo de lidar com as deficiências, constituem objetos de estudo que buscam a inteligibilidade das deficiências.

É preciso compreender essa conceituação no contexto da ordem social (médica, educacional, legal, etc.) estabelecida para administrar as divergências.

(*)Universidade Estadual Paulista-Marília.

Discursos não retratam a deficiência, mas como ela é interpretada.

Estudar a deficiência sob essa perspectiva indireta tem como uma de suas consequências principais a necessidade de tomar como objeto de estudo os conhecimentos que fundamentam a prática vigente, seja nos serviços profissionais destinados ao deficiente, seja nas relações interpessoais cotidianas dele com seus "outros" significativos, bem como a de estudar os modos de produção desses conhecimentos. Deve-se entender que os discursos acerca da deficiência não são retratos dela, mas retratos de como ela é interpretada, através de uma ideologia da deficiência, subjacente a práticas sociais destinadas ao deficiente.

Esses dois modos fundamentais de abordar a deficiência não são

exclusivos. Evidentemente, há algo de expressivamente diferente no comportamento ou no organismo da pessoa identificada e tratada como deficiente; essa diferença pode ser tanto a causa quanto a consequência de todo o processo de identificação, reconhecimento e tratamento daquela pessoa como deficiente. Por outro lado, essa diferença expressiva no comportamento ou no organismo da pessoa considerada deficiente só tem sentido de desvantagem na medida em que se lhe empresta um determinado significado em função

da valorização social daquilo em que a pessoa está prejudicada. As perspectivas diretas de estudo têm predominado até recentemente, mas vêm sendo objeto de várias críticas por ignorarem ou não serem capazes de lidar adequadamente com a construção social do fenômeno da deficiência. Ao considerar, na perspectiva indireta, que qualquer concepção da deficiência representa uma perspectiva através da qual determinadas condições são interpretadas como deficiências, as mesmas velhas questões precisam ser repensadas. A per-

gunta como **quem são os deficientes mentais?** leva o estudioso a buscar respostas muito diferentes daquela que encontraria se adotasse uma perspectiva direta de estudo da deficiência.

Além de permitir uma interpretação diferente das velhas questões, a perspectiva indireta permite formular novas perguntas. A pergunta como **por que há maior interesse em abrir classes para outros tipos de deficientes?** poderia simplesmente ser considerada irrelevante na perspectiva direta. ■

Perspectiva Direta	Perspectiva Indireta
1. A deficiência é considerada como um atributo da pessoa deficiente, como algo inerente ao comportamento ou ao organismo dela. Certas diferenças são consideradas como sendo por si mesmas deficiências.	1. A deficiência não é atributo da pessoa deficiente. É uma condição atribuída a essa pessoa ou nela reconhecida em função da perspectiva assumida pela audiência. Certas diferenças são interpretadas como deficiências em função dessa perspectiva.
2. O foco de atenção recai sobre a pessoa deficiente.	2. O foco de atenção recai sobre as circunstâncias sociais nas quais essa pessoa é identificada, reconhecida e tratada como deficiente.
3. Os objetos de estudo giram em torno da própria deficiência, das consequências da deficiência e dos modos de minimização da deficiência e/ou das suas consequências.	3. A inteligibilidade da deficiência é buscada nas próprias perspectivas assumidas pelas audiências que consideram alguém como deficiente. Deve-se estudar o conhecimento que fundamenta a prática vigente e os modos de produção desse conhecimento.
4. A conceituação "oficial" é considerada como correta e universal.	4. Qualquer conceituação da deficiência é contingencial. Deve-se buscar a significação dessa conceituação na ordem social estabelecida para administrar as divergências.
5. A intervenção significa modificar o deficiente.	5. O alvo da intervenção é todo o conjunto do qual o deficiente faz parte, desempenhando o papel social de deficiente.